

Os consensos e os embates dos educadores ambientais: o tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global como referencial das políticas públicas de educação.

The consensus and the clashes of environmental educators: the Treaty of environmental education for sustainable societies and global responsibility as a reference of public education policies

Marcelo Aranda Stortti

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
marcelostortti@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisou o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global”, buscando apreender os núcleos argumentativos que sustentam os consensos estabelecidos por esse grupo social. Nessa pesquisa o referencial teórico e instrumental de análise dos dados foi a Análise Retórica, pelo viés da Teoria da Argumentação. Nessa análise utilizamos uma das técnicas argumentativas, a dissociação de noções, e identificamos dois temas sociedade/civilização e consciência onde o termo I de cada uma delas está relacionado às ideias de "dominante" e "ingênua" e o termo II ligados à palavra “sustentável” e "crítica". E a última dissociação que encontramos está relacionada ao conhecimento científico opondo o “pensamento holístico/sistêmico” (termo I) do “pensamento crítico” (termo II). Nesse artigo, apresentamos as diversas incoerências e incongruências do discurso dos educadores ambientais, exposto nos argumentos do “tratado”.

Palavras chave: educação ambiental, política pública, educação em ciências, retórica.

Abstract

This article analyzed the "Treaty on Environmental Education for Sustainable Societies and Global Responsibility", seeking to understand the argumentative cores that support the consensus established by this social group. In this survey the theoretical and instrumental data analysis was rhetoric analysis, the bias of Argumentation Theory. In this analysis we use one of argumentative techniques, the dissociation of notions, and identified two issues society / civilization and consciousness where the term I of each of them is related to the ideas of "dominant" and "naive" and the term II attached to the word "sustainable" and "critical". And the last dissociation we found is related to scientific knowledge opposing the "holistic thinking / systemic" (term I) of "critical thinking" (term II). In this article, we

present the various inconsistencies and incongruities of the discourse of environmental educators, exposed the arguments of the "treaty".

Key words: environmental education, public policy, science education, rhetoric.

Introdução

A educação ambiental no Brasil está enraizada em diferentes segmentos da sociedade e por diferentes sujeitos, que atuam em diferentes áreas do conhecimento. No segmento das ONGs e dos movimentos sociais essa inserção se dá por diferentes grupos sociais que durante o período preparatório da segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) se uniram e participaram da criação do Fórum Internacional de ONGs e movimentos sociais (BRASIL, 1998). Nesse mesmo período foi criado o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais que também se reuniram em encontros preparatórios da RIO 92 (BRASIL, 1998). A partir da efervescência desses debates preparatórios (prepcoms) alguns membros de ONGs e alguns representantes de movimentos sociais internacionais e nacionais se reuniram previamente a conferência e organizaram durante o Fórum Global das Organizações Não Governamentais, encontros paralelos da sociedade civil a RIO-92 para construir Tratados da Sociedade Civil, entre os diversos encontros ocorreu um sobre a Educação Ambiental (BRASIL, 1998; VIEZZER, 2009).

Segundo VIEZZER (2009) a primeira proposta desse grupo de instituições foi pedir as educadoras e educadores do mundo inteiro a trazerem sua mensagem para a RIO-92, relacionadas a educação ambiental como um eixo transversal dos demais temas.

A partir da ideia de cartas, foi construído um novo documento (Tratado) distribuído, em 1991, a diferentes instituições não governamentais de várias regiões do mundo. Ele foi debatido e as alternativas de redação encaminhadas ao IV Encontro preparatório (PREPCOM) da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92).

Nesse encontro o Tratado foi reelaborada pelo grupo de trabalho de ONG em conjunto com a equipe organizadora da RIO 92. Com isso se ampliou a forma e a composição da equipe responsável, o que possibilitou incorporar o tema da educação entre os outros Tratados debatidos e lançados no Fórum Global.

Para que isso ocorresse foi organizada a I Jornada Internacional de Educação Ambiental, dentro do Fórum Global, quando, mais uma vez, os temas do Tratado foram sistematizados para serem apresentados e adotados oficialmente pelo Fórum Internacional de ONG e movimentos sociais (VIEZZER, sem data).

Segundo Viezzer e Ovalles

[...] o tratado de educação ambiental das ONGs marcou época para os vários atores sociais que interferem no meio ambiente. Ele traz elementos que sugerem a necessidade de revermos concepções atitudes e práticas que tem afastado a humanidade do contato equilibrado com a natureza (VIEZZER, OVALLES, 1994, p. 25).

Como podemos ver o tratado tem uma importância na orientação das políticas públicas brasileiras (LUCA, 2013), na gênese do movimento social ambientalista brasileiro, em diversas ONGs, norteia as diretrizes teóricas e políticas da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e influenciam as práticas educativas de educadoras e educadores do Brasil.

A partir da importância e influência do Tratado, realizamos um levantamento bibliográfico e uma revisão da literatura científica relacionada a esse tema. Nessa revisão pesquisamos em diversos livros, revistas científicas nacionais e internacionais; dissertações e teses de programas de pós-graduação de universidades brasileiras e estrangeiras disponíveis na internet e nas bases de dados virtuais brasileiras (periódicos Capes, Scielo, etc) e internacionais (REDALYC, CLACSO, etc) e observamos a presença de apenas uma tese de Andrea Quirino de Luca de 2013 que debatia em um capítulo esse tema. Nessa tese a autora refletiu sobre o Tratado e a influência dele na Política Pública Federal de Educação Ambiental. Essa importância argumentativa está explícita no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que cita o Tratado como inspiração para a construção da política e disponibiliza em anexo o documento final do Tratado.

Neste artigo analisamos o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global”, buscando apreender os núcleos argumentativos que sustentam os consensos estabelecidos por esse grupo social (educadores ambientais).

Procedimentos Metodológicos

Nessa pesquisa o referencial teórico e instrumental de análise dos dados foi a Análise Retórica, pelo viés da Teoria da Argumentação, como proposto por Perelman (2002), Perelman; Olbrechts-Tyteca (2002) e Rebul (2004). Esse tipo de análise permite refletir as relações entre os núcleos argumentativos e seus significados, como também, as técnicas discursivas e seus efeitos de adesão, influência ou rejeição sobre o auditório. Para Perelman (2002) o objetivo de uma argumentação é provocar ou aumentar a aceitação de um auditório (grupo social) às teses apresentadas ao seu conhecimento.

A metodologia utilizada nessa investigação, de caráter descritivo e interpretativo, constitui na análise do documento chamado de “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global” para obtenção dos dados principais; em seguida, a identificação de palavras e ou frases que sejam representativas dos discursos, ou seja, técnicas discursivas utilizadas pelo grupo social (educadores ambientais) sujeitos para persuasão. Para posteriormente fazer uma interpretação e análise dos esquemas representativos dos discursos, refletindo sobre os significados que as argumentações fazem brotar.

Nessa fase final de análise do documento usamos as diversas técnicas argumentativas que ligam o discurso (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2002). Para esses autores o orador (autores do Tratado) depois de estabelecer os objetos de acordo com o seu auditório (educadores ambientais) utiliza técnicas de convencimento com o objetivo de persuadi-los. Para isso, o orador sustenta a sua argumentação utilizando-se de esquemas relacionados à ligação e a dissociação de noções.

A dissociação das noções consiste num remanejamento mais ou menos profundo, dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação, sempre provocado pelo desejo de remover uma incompatibilidade, nascida do cotejo de uma tese com outras.

A dissociação de noções caracteriza-se por instituir o que se diz ser o real, não a realidade, o real dito por um sujeito social, pertencente a um grupo psicossocial, impedindo o reaparecimento de incompatibilidades no discurso do orador para o seu auditório.

Resultados

A principal dissociação que podemos destacar do texto do Tratado está ligada ao tema “sociedade/civilização”, em que o termo I está representado pela noção “dominante” e

o termo II por “sustentável”. Podemos afirmar que na dissociação da noção “sociedade” são atribuídos valores negativos para o termo I (dominante) e positivos ao termo II (sustentável).

Assim, os autores do Tratado buscam instituir uma coalizão com seu auditório por meio da associação da seguinte ideia central: todos os problemas sociais e ambientais estão relacionados com o modo de vida e econômico da “sociedade dominante”. Por isso é necessário construir uma nova sociedade com outros valores, os apresentados pelo grupo social que opera a dissociação de noções.

A segunda dissociação que podemos destacar do texto do Tratado está relacionada ao tema “consciência”, em que o termo I é a “consciência ingênua” e o termo II a “consciência crítica”. A partir dessa argumentação, os educadores signatários do Tratado desvalorizam a ação educativa praticada até o momento, considerando-a pouco eficiente e sustentando que o fazer pedagógico de seu grupo como o melhor em comparação os de outros.

Porém na última dissociação que encontramos relacionada ao conhecimento científico opondo o “pensamento holístico/sistêmico” (termo I) do “pensamento crítico” (termo II).

Essas duas correntes de pensamentos estão ligadas a diferentes matrizes teóricas, sendo a primeira relacionada aos conceitos da “Teoria Geral dos Sistemas” (BERTALANFFY, 1973, SKYTTNER, 1996) e na “Cibernética” (WIENER, 1984), e a segunda à teórica crítica da famosa Escola de Frankfurt.

Examinamos a concepção “sistêmica”, que, segundo Bertalanffy são

Os princípios e as leis dos sistemas, que decorrem da termodinâmica, das similitudes estruturais, do isomorfismo ou da noção de totalidade, sem exceção, servem igualmente como hipóteses teóricas para a física, a biologia e as ciências sociais (BERTALANFFY, 1973, p.27).

A partir dos principais argumentos apresentados pelos autores do campo do pensamento holístico/sistêmico, citados anteriormente, podemos supor que os educadores ambientais signatários desse “tratado” apresentam uma grande contradição argumentativa em seu discurso. Pois, ao mesmo tempo em que negavam os cientistas e a ciência tradicional, como apresentamos no capítulo anterior, eles apoiavam uma nova ciência, centrada na organização dos sistemas.

Para esses educadores, esse sistema era formado pela dimensão social, biológica e físico-química. A organização dessa totalidade estava relacionada com a interdependência e da interação entre diferentes partes.

Outra dicotomia observada está relacionada à segunda corrente teórica, embasada na teoria crítica da sociedade foi fundada pela “Escola de Frankfurt”, sendo ao mesmo tempo um “grupo de intelectuais e uma teoria social específica” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 116).

Um dos princípios básicos dessa teoria, apresentado por Horkheimer (1975a), é a oposição entre o que esses intelectuais chamaram de teoria tradicional e a teoria crítica da sociedade. Como podemos observar nas palavras de Horkheimer

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, [...] organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. [...] A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma considerada exterior. A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de

todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, [...] O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela (HORKHEIMER, 1975a, p.163-164)

A dicotomia na argumentação desses educadores, citada anteriormente, está relacionada ao uso de correntes teóricas que propõem mecanismos diferentes (“pensamento holístico” X “teoria crítica da sociedade”) para resolver os problemas epistemológicos apresentados, como afirmam os autores já citados, pela “ciência tradicional”.

Para os adeptos do “Tratado”, a teoria tradicional transformou a ciência e os avanços da tecnologia em um instrumento do progresso do modo de produção capitalista pelo mundo, onde o “impulso para a dominação nasce do medo da perda do próprio eu” (MATOS, 1995, p. 45). Tornando-se um “esteticismo” “[...] um sistema de signos soltos, destituídos de qualquer intenção que transcenda o sistema: jogos que os matemáticos, já há muito tempo, orgulhosamente declaram se o seu assunto” (HORKHEIMER; ADORNO, 1975, p.107).

Buscando aprofundar o arcabouço teórico dessa corrente, podemos destacar a união entre teoria e práxis, sujeito e objeto do conhecimento, como verificaremos no trecho abaixo de Horkheimer .

No pensamento sobre o homem, sujeito e objeto divergem um do outro; sua identidade se encontra no futuro e não no presente. O método que leva a isso pode ser designado com clareza, de acordo com a terminologia cartesiana, mas esta clareza significa, no pensamento efetivamente crítico, não apenas um processo lógico, mas também um processo histórico concreto. [...] A suposição da invariabilidade social da realidade sujeita, teoria e objeto distingue a concepção cartesiana de qualquer tipo de lógica dialética (HORKHEIMER, 1975, p. 133).

Adorno e Horkheimer, também buscaram explicar as condições de desenvolvimento do capitalismo, resgatando na tradição marxista, que o modo de produção acentuava as desigualdades econômicas e sociais, permitindo que grupos sociais abastados de recursos financeiros possuíssem condições de controlarem os seres humanos, bem como todas as outras formas de vida. Podemos verificar essas idéias no trecho abaixo:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado (ADORNO; HORKHEIMER, 1990, p. 7).

Para Assoun (1987), a Revolução Industrial foi censurada pelos frankfurtianos por ter transformado todos os produtos da atividade humana em mercadorias, substituindo e ocupando as funções antes preenchidas pela razão objetiva, pela religião autoritária ou pela metafísica, pelos mecanismos do sistema econômico.

Matos (1995) explica que a Teoria Crítica da sociedade revela a transformação dos conceitos econômicos dominantes em seus opostos: a livre troca passa a ser aumento da desigualdade social; a economia livre transforma-se em monopólio; e, assim, a crítica da razão torna-se a exigência revolucionária para o advento de uma sociedade racional, porque o mundo do homem, até hoje, não é o mundo humano, mas do capital.

Konder (2006, p. 93) afirma que, para Adorno e Horkheimer, “a manipulação de consumidores em escala massiva proporciona imensos lucros ao grande capital e provoca generalização de um comportamento adaptativo, passivo, na população”. Porém para Gagnebin (2008, p. 18) a principal função da “indústria cultural”, para os autores citados anteriormente, foi “evitar por todos os meios que os trabalhadores deixem de ser surdos e ousem ouvir, que possam ouvir o inaudito com os próprios ouvidos, tocar o incauto com as próprias mãos”.

Outro aspecto que podemos destacar, sobre a utilização dessas duas correntes teóricas na construção argumentativa do “Tratado” pode estar relacionado, por um lado, à diversidade de oradores presentes nas atividades preparatórias do Rio-92 e durante a plenária da I Jornada Internacional de Educação ambiental, realizada paralelamente a esse evento internacional, representantes de diferentes correntes teóricas, ideológicas e políticas; e, por outro lado, pela necessidade de incluir no tratado o maior número possível de assinaturas de instituições de diferentes países. Essa hipótese está embasada nas palavras de Viezzer

[...] tínhamos que conseguir encontrar um lugar comum, por vezes estranho ou não aceito por outros. Chegamos a ponto de fazer concessões. Por exemplo, a palavra ideologia e a palavra política na versão em inglês não constam... os ingleses e canadenses pediram que na versão deles não entrasse e, caso entrasse, não assinariam o tratado, porque em seu país, se uma ONG usasse a palavra política não teria mais financiamento (Viezzer, sem data, p. 12).

Além desses “princípios” há outros importantes para esse grupo psicossocial, tais como: a democracia, a política, o poder das comunidades tradicionais, a ecologia (entendida na sua expressão mais ampla e não apenas a biológica), a comunicação produzida e difundida pelas comunidades, a cultura (tradicional) e a que tem relação com todas as anteriores os valores morais.

Dentro desse último princípio podemos destacar quatro tipos de valores: a não exploração das diferentes formas de vida, o respeito aos direitos humanos, a solidariedade e a ética.

Mazzotti (2001,1998) afirma que essa ética, chamada de ambiental, aparece no centro das propostas de uma sociedade sustentável, associando o ambiente ao corpo humano, “atribuindo-lhe intenções e vontades — a floresta reage às agressões” (MAZZOTTI, 2001, p. 236), que promove a construção de uma representação de problema ambiental como doença.

Para esse autor, o modelo teórico dos ambientalistas radica-se na extensão ou ampliação de um dos pressupostos da economia política clássica, apenas “deslocando o sujeito ético da economia política clássica “a nação” ou “os homens”, para “a vida”, esta em seu significado genérico” (MAZZOTTI, 1998, p. 240).

Além disso, o que o autor discute é o juízo de valor que os ambientalistas atribuem aos desastres ou desequilíbrios ambientais, afirmando que são sempre indesejáveis. Porém, devemos lembrar que esse “processo de equilíbrio não tem, de fato, sinal positivo ou negativo. São reconhecidos como bons ou maus por nós, os homens, afinal somos nós que atribuímos valores aos processos que reconhecemos” (MAZZOTTI, 1998, p. 241).

Outro aspecto apresentado no consenso ambientalista é a idéia de que os “seres vivos” são sujeitos éticos detentores de todos os direitos conquistados pela humanidade. Porém um grupo desses ambientalistas para reafirmar os direitos aos outros seres, nega os

direitos humanos construídos a partir das Revoluções Americana e Francesa (MAZZOTTI, 1998).

Essa negação promove um conflito entre os argumentos centrais do discurso ambientalista, que valoriza tanto esse sujeito (vida) como os outros sujeitos (os humanos), estabelecendo como meta atender os interesses de ambos sem que nenhuma das partes envolvidas seja prejudicada. E reforça a separação entre as diferentes formas de vida (vírus, bactérias etc) e os humanos, pois não considera esses últimos pertencentes aos primeiros.

Considerações Finais

Nesse artigo, apresentamos as diversas incoerências e incongruências do discurso dos educadores ambientais, exposto nos argumentos do “tratado”, identificando a necessidade de uma revisão desse documento norteador da REBEA e da Política Federal de Educação Ambiental. Essa revisão já se encontra em curso permitindo a construção de um novo consenso, que parece ligado a crítica ao modelo de economia política clássica baseada na obra de Karl Marx.

Outro aspecto analisado nesse artigo foram os núcleos argumentativos e o processo histórico de construção do "Tratado". Nessa análise utilizamos uma das técnicas argumentativas, a dissociação de noções, e identificamos dois temas sociedade/civilização e consciência onde o termo I de cada uma delas está relacionada às idéias de "dominante" e "ingênua" e o termo II ligados às palavras "sustentável" e "crítica". Porém na última dissociação que encontramos relacionada ao conhecimento científico opondo o “pensamento holístico/sistêmico” (termo I) do “pensamento crítico” (termo II).

A partir desse precário consenso apresentado pelo "Tratado", a concepção de educação ambiental apresentada neste documento não está associada aos conceitos da Ecologia (ciências ambientais) no seu sentido tradicional ou com o sentido conservacionista bastante restrito que normalmente se observa em projetos educacionais dessa área (KRASILCHIK, 2004, p.191).

Referências Bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M.. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Perspectiva.1990.

AMARAL, V. L.. REBEA – apontamentos pessoais para uma história de ação coletiva. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. n. 0. 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A., GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2. ed. São Paulo, SP: Thomson, 2004.

ASSOUN, P.. **A escola de Frankfurt**. São Paulo:Ática.1987.

BERTALANFFY, L.V. . **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes. 1973.

BRANDÃO, Z.. **Pesquisa em educação: conversas com pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. Ministério da educação. **Implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, DF: MMA. 1998.

DESLANDES, S.F..A construção do projeto de pesquisa . In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Petrópolis:Vozes, 2002. p.31-50.

DUARTE, M.; MAZZOTTI, T.B.. Análise retórica do discurso como proposta metodológica para as pesquisas em representações sociais. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 1, n.2, ago/dez.2004.

FERREIRA, J.M.C.; NEVES, J.; ABREU, P.N.; CAETANO, A.. **Teoria Geral dos Sistemas e abordagem sociotécnica**. São Paulo: Mcgrawhill, 1998.

GAGNEBIN, J.M.. Resistir às sereias. In: SOCHA, E. (Org). **Escola de Frankfurt: uma introdução às obras de Theodor Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse**. São Paulo: Editora Bregantini. 2008.

HORKHEIMER, M.. **Filosofia e teoria crítica**. In: *Os pensadores XLVIII*. São Paulo: Abril Cultural. 1975.

_____. Teoria tradicional e teoria crítica. In: **Os pensadores XLVIII**. São Paulo: Abril Cultural.1975a.

_____. Materialismo e Metafísica. In: **Teoria crítica: uma documentação**. São Paulo: Perspectiva.1990.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.. Conceito de Iluminismo. In: **Os pensadores XLVIII**. São Paulo: Abril Cultural.1975.

KONDER, L.. **Filosofia e Educação: De Sócrates a Habermas**. Rio de Janeiro: Editora forma & ação. 2006.

LOVELOCK, J. E.. **Eras de Gaia. A biografia da nossa Terra viva**. São Paulo: Campus, 1991.

MAZZOTTI, T.B.. **Educação ambiental em busca do “paraíso perdido”**. *Acta Sci. Human Soc. Sci.* V.28, n2, p.2001-208.2006.

_____. A metáfora percurso no debate sobre políticas educacionais no Brasil contemporâneo. In: VALE, J.F.M. et al. (Org.). **Escola pública e sociedade**. São Paulo:saraiva/atual, 2002.

_____. Representação Social de “problema ambiental”: Uma contribuição à educação ambiental. In: MOREIRA, A.S.P.. **Representações Sociais: teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/ autor Associado. 2001.

_____. Uma crítica da ética ambientalista. In: CHASSOT, A.; OLIVEIRA, R., J.. **Ciência, ética e cultura na educação**. São Leopoldo: Editora UNISINOS. 1998.

PERELMAM, C.. **L' Empire rhétorique. rhétorique et argumentation**. Paris: librairie Philosophique J. Vrin. 2002. Disponível em: <http://homepage.mac.com/tmazzotti/eloquentti>. Acesso em 16 agosto 2007.

PERELMAM, C. E OLBRECHTS-TYTECA, L.. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

REBOUL, O.. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____. **Le langage de l' éducation. Analyse du discours pédagogique**. Paris: Presses Universitaires de France. 1984. Disponível em: <http://homepage.mac.com/tmazzotti/eloquentti>. Acesso em: 16 agosto 2007.

VIEZZER, M. e OVALES, O.. **Manual Latino-americano de Educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

VIEZZER, M.. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. **Cadernos de Educação ambiental, série documentos planetários volume 2**. Foz do Iguaçu:L3 comunicação/ITAIPU Binacional. sem data.

VIEZZER, M. **Lembranças da construção do Tratado de Educação Ambiental**. *Revista ECO-21*. Edição 152. Julho de 2009. disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2017>. acesso em: 10 de março de 2014.